

Lideranças pedagógicas em contextos emergentes de autonomia e flexibilidade curricular. Uma narrativa no campo da Administração Educacional



Nuno Fraga (a) / Gorete Pereira (b) / Ariana Cosme (c)

(a)(b) Universidade da Madeira / Centro de Investigação em Educação

(c) Universidade do Porto / Centro de Investigação e Intervenção Educativas

INTRODUÇÃO

O presente Poster resulta de um estudo de natureza qualitativa que suporta um projeto em desenvolvimento de pós-doutoramento (Fraga, 2020) em Ciências da Educação e que visa analisar o macro, meso e micro discursos da política educativa relativamente às dimensões da autonomia e flexibilidade curriculares (AFC), compreendendo na narrativa das escolas e a partir da voz das lideranças pedagógicas (diretores de escola e professores titulares), a apropriação pela escola do discurso da política educativa associado ao Decreto-Lei n.º 55/2018 na Região Autónoma da Madeira (Portugal), bem como a influência de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (Dale, 2004). O estudo coloca igualmente no centro da análise as estratégias de liderança e o seu valor no empoderamento dos atores e das escolas, a partir dos domínios da autonomia decretada e da autonomia construída (Barroso, 1996).

MÉTODO

O Poster centra-se na revisão de escopo interpretativo aos temas geradores do projeto, desvelando alguns resultados de uma análise crítica sobre o locus da liderança nos processos de autonomia e flexibilidade curricular.

RESULTADOS

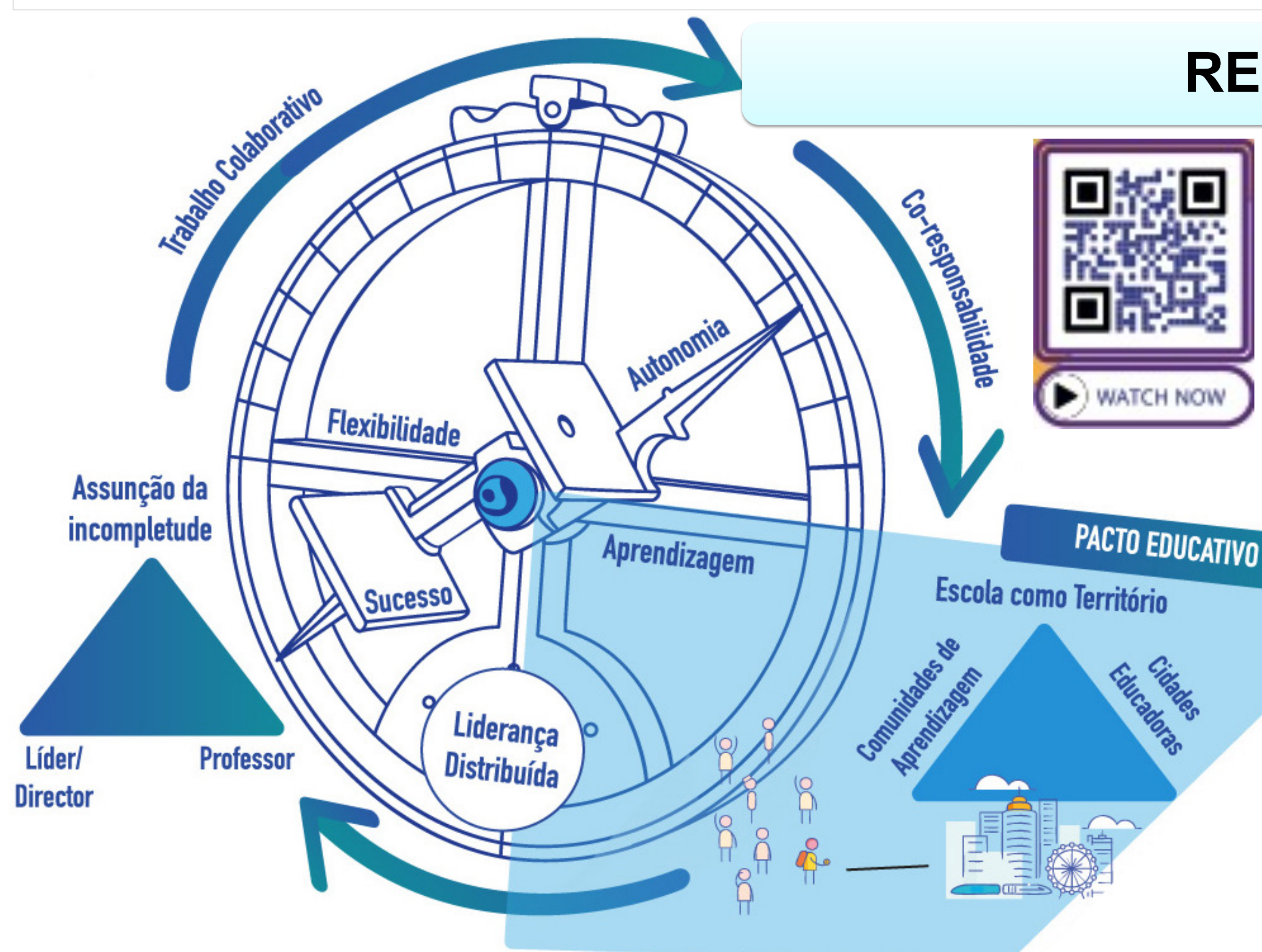


Figura 1: Astrolábio para a apropriação de reformas no espaço global

Desta análise pretende-se a criação de um campo localizado e possivelmente ressonante de conhecimento derivado de “boas práticas” e de “saberes baseados na experiência” (Barroso & Afonso, 2011), no domínio da liderança e da gramática organizacional da escola. Ao centrarmos a análise no binómio - conhecimento e decisores políticos - sobressai o peso do projeto *Future of Education and Skills 2030* da OCDE na definição da política educativa em Portugal e em particular no que diz respeito à AFC. O projeto da OCDE afirma que “*The learning [Fase 1] and teaching [Fase 2] frameworks are co-created by policy makers, researchers, school leaders, teachers and students from around the world.*” Portugal foi ágil na apropriação de parte deste entendimento [Fase 1], com a definição do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com a reorganização dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, decorrente do D-L n.º 55/2018 e fruto de uma história curricular que se desenvolve voluvelmente desde 2001. Verifica-se, contudo, a natureza híbrida da política educativa em Portugal desvelada, paulatinamente, a partir da adesão do país à União Europeia (CEE, 1986). Por outro lado, a Fase 2 que coloca no centro do debate, por exemplo, os professores e os diretores de escola, carece de um maior aprofundamento, político e científico em Portugal, pelo que se apresenta na metáfora do astrolábio (para a apropriação das reformas) os conceitos-chave a uma análise micro da apropriação da AFC. A assunção da incompletude, na lógica Freiriana (Freire, 2014) que posiciona o conhecimento como uma construção com o outro, desvela a possibilidade de um trabalho colaborativo, primado da corresponsabilidade, que coloca, igualmente, no centro do debate os professores e os diretores.

DISCUSSÃO/CONCLUSÕES

Se esse entendimento é necessário à apropriação da AFC pelos atores da escola, não é menos verdade que a sua ação é uma intervenção educativa e pedagógica na qual é fundamental a implementação de um pacto educativo nacional. Este cenário assume os atores da escola como autores capazes e fazedores de Agenda para a construção da política educativa em Portugal. Este cenário arroga a Escola como Território, portanto, campo mais amplo de aprendizagens que se aprofunda e desenvolve, por exemplo, na construção de comunidades de aprendizagem (Sergiovanni, 2004) e na simbiose com o território com o seu potencial educador. Este cenário premeia, naturalmente, uma autonomia substantiva da escola (Lima, 2020) e uma liderança distribuída, catalisadora da participação e da co-responsabilidade, que resulta em “*positive effects on pedagogy, on school culture and on educational quality*” (Harris, 2004, p. 21). A política educativa que não assuma na sua construção a corporificação da simbiose conhecimento-escolas-políticas vê comprometida a sua Agenda, cenário que se agudiza se no território o astrolábio para a apropriação das reformas em curso não se concretizar, se não se assumir no âmbito de processos de uma autonomia construída. A morfologia do poster e da parcela da investigação em desenvolvimento que nele se reporta faz-nos finalizar com alguns resultados que por si só se convertem em temas geradores de maior aprofundamento crítico: Redefinição do modelo de administração e gestão das escolas, no primado de uma autonomia substantiva que complete e amplie os espaços de AFC; Assunção da escola (como organismo vivo) como centro de investigação com capacidade de coautoria da política educativa; Aprofundamento de um projeto de aferição dos mecanismos de descentralização em educação, associado a um pacto educativo nacional e à territorialização efetiva da educação.

REFERÊNCIAS

- Barroso, J. (1996). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In J. Barroso, (Org.). *O Estudo da Escola*. Porto: Porto Editora
- Barroso, J., & Afonso, N. (2011). (Org.). *Políticas Educativas. Mobilização de conhecimento e modos de regulação*. V. N. de Gaia: Fundação Manuel Leão
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? In *Educação e Sociedade*, vol. 25, n. 87
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da autonomia*. (49.ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Harris, A. (2004). Distributed Leadership and School Improvement. Leading or Misleading? *Educational Management Administration & Leadership*, 11-24.
- Lima, L. (2020). Autonomia e flexibilidade curricular: quando as escolas são desafiadas pelo governo. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 172-192.
- Sergiovanni, T. (2004). *O Mundo da Liderança – Desenvolver Culturas, práticas e responsabilidade pessoal nas escolas*. Porto: ASA.